

Revista do **SINAL**

No.7 | Ano 2 | Agosto 2010 | Distribuição gratuita - proibida a venda



PEC 5555

Participe!

Sugira o novo nome para a nossa revista e ajude-nos a torná-la cada vez mais parecida com você.

Envie sua sugestão de nome para nacional@sinal.org.br

Editorial

O Sinal persistiu e a justiça foi feita. Depois de anos de luta, finalmente a cobrança do Plano Bresser foi ao chão. A decisão final da justiça foi mais uma prova de que a união de forças e a persistência na briga contra as injustiças praticadas contra os servidores do Banco Central nos levam à vitória.

E é com esse espírito combativo que o Sinal se mantém alerta e trabalha para garantir os direitos da categoria. Comemoramos o fim da cobrança do Plano Bresser e estamos trabalhando para comemorar também a aprovação da PEC 555. Para isto, contamos com aliados de peso na Câmara dos Deputados. Nessa batalha, o deputado Arnaldo Faria de Sá tem desempenhado um papel de extrema relevância.

Atento a nossas reivindicações, Faria de Sá trouxe a PEC 555

novamente para a discussão – ela já estava arquivada – e negociou sua aprovação

na Comissão Especial por meio de um relatório substitutivo, elaborado por ele. Resta agora uma nova etapa: votar em plenário. E para garantir a vitória final, estamos, em conjunto com o deputado Arnaldo Faria de Sá, articulando com outros parlamentares o apoio incondicional a nosso pleito.

A luta ainda será árdua, porque o governo não quer corrigir mais esta injustiça para com os aposentados. Mas estamos fortes, preparados para o embate.

Sérgio Belsito
Presidente do Sinal Nacional



DIRETORIA DO SINAL NACIONAL

Presidente: Sérgio da Luz Belsito (Rio de Janeiro)

Secretário: Julio Cesar Barros Madeira (Rio de Janeiro)

Diretora Financeira: Ivonil Guimarães Dias de Carvalho (Curitiba)

Diretor Jurídico: Luiz Carlos Alves de Freitas (Curitiba)

Diretor Comunicação: Alexandre Wehby (Porto Alegre)

Diretor de Relações Externas: Paulo de Tarso Galarça Calovi (Brasília)

Diretor de Estudos Técnicos: Eduardo Stalin Silva (São Paulo)

Diretor de Assuntos Previdenciários: Cleide Napoleão

Diretor Extraordinário do GT do projeto 192 e Defesa do Consumidor: José Manoel Rocha Bernardo

EXPEDIENTE

Jornalista Responsável: Eunice Pinheiro

Projeto Gráfico: Kleber Pinheiro - Patcha Comunicação

Reportagem: Hylida Cavalcanti

04 PEC 555

11 Cuidado! Tem golpe na praça

12 Um país mais feliz

16 Arte para a nossa idade

19 Plano Bresser

23 Notas

24 As melhores do mundo

26 Políticas públicas positivas para um país mais maduro

32 Falta pouco para o Brasil ter nova Lei Antifumo

IBUTACÃO Senado aprova projeto
e beneficia segurado da Previdência

idoso acima da
de 60 anos
pode ficar
isento do IR

AGÊNCIA O GLOBO
do lanetto

idosos a partir de 60 anos
recebem renúncia da
vidência S
mentos d
IR) pel
deste
idade pat
benefício é 65 anos
aprovada ontem
terminativo pela Comissão

Assuntos Econômicos
(CA) está contida em projeto
do senador César Borges
(PSA). Assim, o texto deve
ter direito para votação na
Câmara dos Deputados, a não
ser que haja algum recurso
solicitando sua apreciação no
plenário do Senado.

A isenção estará limitada
até o valor de R\$ 1.434,59 e, de
acordo com o projeto (PLS
187/04), abrange rendimen-

124,6 MIL DE
NO PRIMEIRO

A Receita Fede
ontem, prime
prazo de entrega
declarações. A
é de que até o
abril, prazo fi
torno de 24 m
contribuintes
contas este ar

O projeto do se

Mobilização

PEC 555

Uma batalha foi ganha. Mas a guerra ainda não está vencida

A rejeição do relatório do deputado Luiz Alberto (PT-BA) sobre a PEC 555, que estabelece o fim da cobrança previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados e pensionistas, foi comemorada pelo Sinal. Graças à habilidade e compromisso do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), seu relatório substitutivo foi aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

A proposta de Faria de Sá estabelece a redução gradual de 20%, a partir de 61 anos de idade, até chegar à isenção completa da cobrança aos aposentados e pensionistas de 65 anos. Os servidores aposentados por invalidez permanente ficam isentos da contribuição.

“Essa cobrança, imposta pela reforma da Previdência de 2003, é absurda. Mas, para acabarmos com ela, é muito importante a participação de todos. É preciso aproveitar o momento das eleições para

pressionar os candidatos a assumirem o compromisso de derrubar essa injustiça no Congresso Nacional”, explicou Arnaldo Faria de Sá.

Como o governo é contrário ao fim da cobrança previdenciária,

o deputado acredita que, para a proposta dele ser votada em plenário, é necessária uma grande articulação na Câmara dos Deputados. A pressão externa, dos servidores públicos, sobre os can-

didatos à reeleição pode garantir a vitória. “Se a articulação interna (na Câmara) e a pressão externa (servidores) não for grande, dificilmente o projeto será aprovado em plenário”, analisa o deputado.

A regra aprovada valerá para todos os aposentados e pensionistas do serviço público, em todos os níveis de governo - federal, estadual e municipal. Os servidores aposentados por in-

validez permanente ficam isentos da contribuição. O próximo passo é a análise do substitutivo em plenário, onde deverá ser votado em dois turnos.

Relatório original

O relator original da matéria era o deputado Luiz Alberto (PT-BA), que se recusou a aumentar os descontos anuais na contribuição. Segundo seu relatório - que não foi apoiado nem pelos deputados



Para o deputado Arnaldo Faria de Sá, é preciso aproveitar as eleições para pressionar os candidatos a assumirem o compromisso de derrubar essa injustiça no Congresso Nacional

de seu partido, a isenção só ocorreria aos 70 anos de idade, porque o índice seria reduzido em 10 pontos percentuais a cada ano, a partir dos 61 anos de idade.

Atualmente, a contribuição previdenciária de aposentadorias e pensões do serviço público é de 11% sobre a parcela que ultrapassa o teto previ-

denciário do INSS, hoje em R\$ 3.416. De acordo com Arnaldo Faria de Sá, o impacto da isenção aos cofres da Previdência será de aproximadamente R\$ 1,8 bilhão, sem levar em conta os estados e os municípios.

Como não haverá retroatividade com a mudança - os servidores que já pagaram não po-

derão reivindicar a devolução, Arnaldo Faria de Sá acredita que a proposta aprovada afastou o governo de uma grande preocupação: o surgimento de um "esqueleto", um passivo sem receita correspondente para os cofres públicos. "Quem já pagou não terá como recuperar o dinheiro", disse o deputado.

Nós, no Congresso Nacional

Há mais de vinte anos na Câmara dos Deputados, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) tem sido um grande aliado dos servidores públicos brasileiros. Sempre atento às injustiças praticadas por diversos governos contra a categoria, destacando os servidores aposentados, Faria de Sá tem em mãos mais um desafio: o fim da cobrança da contribuição previdenciária para servidores aposentados.

Veja abaixo uma entrevista exclusiva da Revista do Sinal com o deputado Arnaldo Faria de Sá, onde ele conta como conseguiu derrubar o relatório da PEC 555, na Comissão Especial da Câmara, e os novos planos para seu sétimo mandato.

Deputado, como foram os bastidores das negociações para a aprovação do seu relatório substitutivo?

As negociações começaram quando eu pedi o desarquivamento da PEC, cujo relator, na época, era o deputado José Eduardo Cardoso (PT-SP).

A posição dele era contrária ao projeto, na Comissão de Constituição e Justiça. Tive de negociar com ele para trocar a relatoria de um projeto de interesse dele, que estava comigo, pela relatoria da PEC 555 que estava com ele. Aí, consegui aprovar a admissi-

bilidade dela na Comissão de Constituição e Justiça.

O segundo passo - formar a Comissão Especial - foi muito difícil, pois os partidos tinham de indicar os seus membros e havia muita pressão do governo para evitar a formação desta comissão. Formamos a



“O envolvimento da sociedade e das entidades é que pode mudar o rumo desse jogo. Lamentavelmente, o parlamentar depois de eleito, parece que se esquece dos compromissos e passa a atender apenas o governo”

comissão, mas a exigência do governo na época era que eu não fosse o relator nem presidente da comissão.

No final, quando tivemos a apresentação do relatório do deputado Luiz Alberto (PT/BA), que não atendia às pretensões

dos funcionários públicos, nós procuramos uma articulação com PSB, PP, PSOL, PDT, PMDB e DEM para derrotar o relatório do Luiz Alberto. Depois disso, nós aprovamos meu voto em separado na comissão, que virou relatório substitutivo da matéria.

E a aprovação da PEC 270?

Desta eu sou relator. Conseguimos aprovar rapidamente na Comissão Especial. Mas falta agora uma pressão da categoria para que a gente a coloque em votação no plenário.

Os aposentados por invalidez são totalmente discriminados. Não têm integralidade e nem paridade.

A PEC 270 tem possibilidade de ser aprovada em curto prazo?

A PEC 270 está mais fácil de aprovar que a PEC 555, porque o próprio governo admite que cometeu uma injustiça durante a reforma previdenciária de 2003. Já a PEC 555, o governo vai tentar atrapalhar sua aprovação. Por isso, merece uma articulação maior.

A Previdência vai passar por alguma reforma substancial?

Qualquer que seja o governo, haverá uma reforma da Previdência. Os governos, de uma maneira em geral, fazem o jogo da previdência privada, porque entendem que ela cria uma reserva que permite investimentos. Você pode ver nos grandes jornais, televisão

etc, quando falam que a Previdência Social está quebrada, sempre logo depois vem uma propaganda de alguma previdência privada.

Mas o que poderia ser mudado numa próxima reforma? Pelo que falam, já existe até um projeto pronto?

Tem um projeto que eles já pensam em apresentar, que fixa limite de idade, dependendo do tempo de contribuição. Algo pior que o fator previdenciário, que nós também estamos lutando para mudar, por meio do Projeto de Lei 3299, do qual sou relator, pois provoca muitos prejuízos para homens e mulheres na hora de se aposentarem. O Congresso Nacional foi totalmente responsável por isso, porque permite que a faixa de expectativa de vida seja baixada por uma simples portaria do IBGE.

Existe clima para que esta nova reforma seja aprovada no Congresso?

Vai depender da formação do novo Congresso. Se a Dilma ganhar e tiver maioria, ela terá mais facilidade que o

Serra. Porque ele, além de ter a dificuldade natural, parece que, se for eleito, não terá maioria parlamentar. E quem tem maioria parlamentar acaba passando o rolo compressor. Isso aconteceu em 2003 com o Lula. Ele conseguiu, em apenas um ano, aprovar a reforma da previdência. Na época do FHC, a reforma tramitou durante quatro anos no Congresso. Ele não tinha maioria tão folgada quanto o Lula.

E o senhor tem alguma estratégia para reverter, pelo menos em parte, esses males que poderão vir no futuro?

Na verdade, o envolvimento da sociedade e das entidades é que pode mudar o rumo desse jogo. Lamentavelmente, o parlamentar depois de eleito, parece que se esquece dos compromissos e passa a atender apenas o governo.

O senhor tem atuado em frentes de defesa dos trabalhadores aposentados. O senhor já tem alguma proposta em mente para apresentar no próximo mandato?

Eu quero resolver a questão de benefícios assistenciais – provenientes de problemas

de saúde graves ou daquele que chega aos 65 anos de idade e nunca contribuiu com a Previdência – que as pessoas não podem receber se a família tiver renda per capita superior a ¼ do salário mínimo. Talvez lá atrás, quando o salário mínimo chegava perto dos U\$ 100 isso poderia ter lógica. Hoje, a situação é outra. A realidade brasileira hoje é outra. Precisamos corrigir esta distorção.

Vamos lutar também por um projeto que já está tramitando na Casa, o PL 4434, do qual sou o relator, que trata da recuperação das aposentadorias. É bom deixar claro que ele não determina o pagamento de atrasados, só de um determinado momento para a frente.

Outro projeto é relacionado à pessoa com deficiência, que recebe o benefício assistencial. Hoje, a pessoa perde o benefício, caso venha a trabalhar. Eu proponho apenas a suspensão, caso ele vá trabalhar. Se sair do trabalho, ele retoma o benefício imediatamente.

Vou trabalhar também pelo pagamento do 13º salário para quem recebe benefício assistencial.

Entrevista

Um erro que a Câmara precisa corrigir

Na luta pelo fim da cobrança da contribuição previdenciária dos aposentados, os servidores públicos contam ainda com outro aliado: o deputado Ivan Valente (PSOL-SP). Nessa entrevista, Ivan Valente fala da urgência para a aprovação da PEC 555 na Câmara dos Deputados e da injustiça imposta por esta cobrança.

Na sua opinião, qual a importância da aprovação da PEC 555?

AEC41/2003, proposta pelo governo Lula, violou nossa Carta Magna, cometendo injustiças e criando uma situação discriminatória contra os servidores públicos. A partir do momento em que um servidor público passa a preencher as condições de gozo do benefício previdenciário, não é possível obrigá-lo a contribuir com o sistema previdenciário. Isso viola o tratamento isonômico que deve ser dado a todos os trabalhadores e trabalhadoras. Introduzir, a título de contribuição, um ônus nos salários dos aposentados, diminuindo seus proventos, é uma violência contra o trabalhador e uma ofensa à dignidade da pessoa humana.



“Com gozo do benefício, não é possível obrigar o servidor a contribuir com o sistema previdenciário”, diz Ivan Valente

A justificativa do governo para ter criado a contribuição foi a de sanear as contas públicas. O senhor concorda com esta avaliação?

É preciso lembrar que recompor o caixa nacional é a justificativa sempre usada quando se trata de reduzir e atacar direitos

dos trabalhadores. Hoje, mais de um terço anual do orçamento do país vem sendo sugado com o pagamento religioso de juros e amortizações da dívida pública brasileira. Se somarmos os recursos usados para a rolagem da dívida, este valor cresce ainda mais, numa verdadeira hemorragia nas

finanças públicas do Brasil. Para pagar as obrigações da dívida, os governos cortam investimentos na área social, sucateando os serviços públicos e enxugando a máquina pública. É um modelo cruel, que precisa ser combatido e denunciado, como mostramos na CPI da Dívida Pública, que realizamos na Câmara.

Para além do desvio de recursos para o pagamento da dívida pública, é preciso lembrar que a própria Previdência brasileira não é deficitária. O sistema previdenciário de nosso país é auto-suficiente e teoricamente rentável, tanto que o mercado previdenciário privado não para de crescer. Nada justifica, portanto, eleger o funcionalismo público como bode expiatório da seguridade social e aprovar no Congresso Nacional medida desta ordem, transformando os servidores públicos em verdadeiras vítimas do projeto de ajuste fiscal.

Qual a proposta do PSOL para enfrentar esta questão?

Uma primeira iniciativa seria ir atrás dos devedores do Regime Geral da Previdência, da dívida ativa da Previdência, que chega a R\$ 200 bilhões. É o Regime Geral da Previdência que é baixo, não é o do serviço público que é alto.

Mas o que o PSOL defende como mudança estrutural é a realização de uma verdadeira e justa Reforma Tributária. Todos defendem a reforma, mas, na prática, o único imposto realmente retido no país é aquele descontado na fonte. Vivemos uma situação de extrema desigualdade, na qual o mega empresário Eike Batista paga o mesmo imposto por uma dúzia de ovos que o cortador de cana do interior de São Paulo. É uma grande piada. É preciso fazer uma Reforma Tributária que realmente penalize a grande propriedade e a riqueza. Foi este o projeto que apresentamos na Câmara, de taxar as grandes fortunas, e que já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

Quais as perspectivas de aprovação da PEC 555?

Nossa defesa é para que a PEC 555 tramite em regime de urgência. É fundamental que a Câmara reveja o ato que cometeu e corrija este erro, sob o risco de, futuramente, serem aprovadas medidas que estendam a cobrança previdenciária a todos os aposentados e pensionistas, do serviço público e da iniciativa privada. Como dito na ocasião em que o tema foi debatido no Supremo Tribunal

Federal, os aposentados e pensionistas são, na verdade, credores da Nação. Garantir a eles o retorno a uma aposentadoria digna e justa representa a retribuição à dedicação de uma vida inteira em benefício da sociedade brasileira. A PEC 555 é uma proposta consensual no funcionalismo, cuja aprovação é defendida por uma Frente de entidades que reúne sindicatos e associações de âmbito municipal, estadual e federal. Garantir sua votação em plenário este ano é algo que requer apenas vontade política. O Governo Lula deveria se envergonhar e não se sentir pressionado pela mídia. Tanto a questão da cobrança de inativos quanto a questão do fator previdenciário são verdadeiras anomalias que se fazem no meio das regras do jogo. Isso não pode continuar a acontecer, com reformas da Previdência que são exigências do arrocho fiscal, da política neoliberal. É preciso pressionar o Congresso Nacional contra tamanha agressão aos aposentados e pensionistas do serviço público. Para garantir a qualidade deste serviço aos cidadãos e cidadãs brasileiras, é preciso que o funcionalismo seja valorizado e tenha, em seu horizonte, a perspectiva de uma aposentadoria digna.

Cuidado! Tem golpe na praça

Pessoas mal intencionadas estão enviando cartas falsas para aposentados de todo o país. Os golpistas têm usado o nome da ABRAPP e cobrando pagamento por liberação de benefício fictício

No início, a diretoria do Sinal acreditou serem casos isolados. Mas agora, com as diversas denúncias que tem recebido, chegou à conclusão de que se trata, realmente, de tentativas de aplicação de golpes nos aposentados.

Tudo começa com um simples telefonema ou carta. Alguém se apresenta como representante da Associação Brasileira Securitária de Previdência Privada –Abrapp e avisa que o aposentado ganhou uma ação na justiça, mas que precisa pagar antecipadamente algumas custas para receber o proposto pela ação. O esquema é tão bem montado, que inclui até números de telefone, para onde o aposentado pode ligar e receber, detalhadamente, as instruções para o pagamento dos tais serviços.

“O Sinal recebeu, de uma filiada, cópia de uma notificação onde se indicavam uma ação ganha em Juízo e alguns números de telefone, onde pessoas detalharam procedimentos para depósitos de valores solicitados, em nome da Abrapp. Ainda bem que a filiada estranhou, pois não era parte de nenhum processo da Associação, e por isso entrou em contato com o Sinal”, explicou Sérgio Belsito, presidente do Sinal Nacional.

De acordo com Belsito, é muito importante se manter atento aos comunicados que, por ventura, cheguem pelos Correios, telefone ou internet. Os bandidos já fizeram contato com diversos aposentados. Caso isso aconteça com você, não forneça seus dados pessoais, avise o Sinal e procure a polícia.



Um país mais feliz

Estaria a felicidade mais próxima de todos os brasileiros? A ideia que cresce no mundo, inclusive no Brasil, é de que felicidade é um direito de todos e que deve ser garantido pelo Estado

Aproximar o sentimento de felicidade de todos os brasileiros é o objetivo de um grupo de artistas, parlamentares, sociólogos e acadêmicos. Para eles, o novo conceito de felicidade surge a partir do desenvolvimento de políticas públicas que possam contribuir para ampliar esse nível de satisfação - tão íntimo de cada um e que, ao mesmo tempo, depende tanto dos outros. Desde o mês de julho, tramita no Congresso projeto de Emenda Constitucional (PEC) para incluir o direito à felicidade na Constituição. Já existe, até mesmo, uma campanha para capitanear o apoio da população à ideia, intitulada "Movimento + Feliz".

A inclusão deste item na Constituição Federal não é apenas uma "invencionice" dos brasileiros. Ela está presente



nas Cartas Constitucionais do Japão e da Coreia do Sul, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da França, e na Declaração dos Direitos do Estado da Virgínia (nos Estados Unidos), entre outros documentos. A expectativa dos brasileiros com a mudança é alterar o artigo 6º da Carta Magna, onde são

mencionados os direitos sociais dos cidadãos - educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados - e acrescentar que, tais direitos, são "essenciais à busca da felicidade".

A mudança parece bobagem, mas não é. Na prática, vai permitir que as pesquisas para medir o grau de desenvolvimento do país e a eficácia dos projetos desenvolvidos em tais setores passem a observar, também, o nível de felicidade das pessoas. Com isso, o Brasil integrará o grupo de nações que já utiliza esse parâmetro para conferir o bem estar da população, desde a década de 80, quando cientistas sociais do mundo inteiro passaram a discutir a possibilidade da felicidade dos povos ser vinculada a fatores

diversos do que se pensava antes - tais como desenvolvimento econômico, recursos naturais ou capacidade de produção.

Novo parâmetro

Tudo começou no Butão, país onde foi criado o chamado "Índice de Felicidade Bruta" (IFB), que permite a identificação das nações consideradas mais felizes do mundo. O índice tomou força depois que pesquisas sociais mostraram que países muito desenvolvidos, como Estados Unidos e Suíça, tinham altos índices de suicídio, divórcio e outros problemas considerados alarmantes, em contraponto com a oferta de uma boa qualidade de vida. A partir daí, o Butão resolveu aliar questões como longevidade, educação, menor nível de estresse, saúde, base ambiental forte e relação de recursos naturais consumidos, entre outros fatores, para definir uma média de felicidade em cada país.

No último levantamento, divulgado em dezembro passado, o Brasil foi identificado como ocupante da 63ª posição de mais feliz do mundo. Essa lista chamou a atenção porque os países considerados mais felizes foram os da América Central, onde se combi-

na alta expectativa de vida com uma impressão ecológica melhor, mas, ao mesmo tempo, menor desenvolvimento econômico.

Os dez países mais felizes, pela ordem, foram classificados como sendo Vanuatu (uma ilha do Pacífico), Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Panamá, Cuba, Honduras, Guatemala, El Salvador, São Vicente e Granadinas. Dos países da Europa, em primeiro lugar está a Suíça - que mesmo assim ocupa a 65ª lugar. Posição, um pouco abaixo do Brasil.

Outros fatores curiosos, apontados no levantamento, foram as observações de que países industriais aparecem nos piores postos de felicidade

da população e os países que integram o G-8 não aparecem, sequer, entre os 50 primeiros colocados.

Reforço de responsabilidade

"Trazer a felicidade ao debate político e reforçar a responsabilidade do Estado em criar condições, por meio de políticas públicas adequadas, para que os cidadãos busquem a felicidade são os principais objetivos da PEC da Felicidade", afirma o advogado Marco Antonio Costa Sabino, integrante do "Movimento + Feliz". O advogado adverte: "A inclusão do direito à busca da felicidade não significa que todas as pessoas passarão a ser felizes a partir da alteração constitucional. Mas



Vanatu, no Pacífico, é o país mais feliz do mundo

reforça a necessidade de o Estado prestar o mínimo daqueles serviços públicos necessários para que o cidadão possa buscar a felicidade”.

A proposta foi apresentada pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e conta com o apoio de entidades como a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e a Associação Nacional



Para Cristovam Buarque, o projeto tem o propósito de “humanizar a Constituição”

dos Defensores Públicos (ANDP). Segundo Buarque, a PEC tem o propósito de “humanizar a Constituição”. O senador destaca que os direitos sociais são indispensáveis à procura da felicidade, apesar de não serem suficientes.

“Os direitos deixaram de transmitir os sentimentos que deveriam representar. É preciso, por exemplo, criar o sentimento de que, ao não ter educação, a criança terá mais dificuldade para buscar sua felicidade”, afirma Cristovam, para acrescentar ainda: “Ao humanizar o Direito, humaniza-se também a política”.

Na mesma linha está o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), outro apoiador irrestrito da proposta. “O que se pretende com a busca

da felicidade é que possamos melhor contribuir, todos, para atingir os objetivos fundamentais da nação brasileira”, diz. Para Suplicy, não basta que sejam assegurados direitos que são fundamentais, indispensáveis à própria sobrevivência. “O ser humano também é espírito, tem anseios. Esta é uma questão que pode ser concretizada à medida que os serviços públicos em geral sejam prestados com carinho, dignificando e privilegiando o ser humano, e permeados de valores morais”.

Perspectiva ética

“O ‘Movimento + Feliz’ traz mais ética para o serviço público brasileiro e para as relações da sociedade civil, nessa perspectiva

de adequar a necessidade do cidadão e os recursos disponíveis na sociedade. É uma ideia genial, porque traz esse conteúdo ético de melhorar a relação entre aquilo que o cidadão precisa e os recursos disponíveis”, complementa o presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha. Do lado dos artistas, a iniciativa tem o apoio de gente como Patrícia Pillar e o ex-jogador de futebol

Sócrates, para quem a felicidade, sobretudo entre os brasileiros, “é a nossa maior commodity”.

Com o Congresso em fase de recesso branco, por conta das eleições, é provável que a PEC só venha a ser votada pelos parlamentares no próximo ano, depois de passar por algumas comissões técnicas. Mas a semente lançada mostrou articulação da comunidade e envolvimento de diversas lideranças em torno do tema. Segundo os organizadores do “Movimento + Feliz”, a campanha tem como um dos seus principais pressupostos, fazer com que “quanto maiores o esforço e o envolvimento de todos com vistas à melhoria do país, mais feliz passe a ser a sociedade”.

Os dez países mais felizes do mundo

Percentual de felicidade da população



Fonte: pesquisa realizada pela associação inglesa NEF junto com a ONGH Friends of the Earth - dados de dezembro/2009

Arte para a nossa idade

Se você produz trabalhos nas áreas de artes plásticas, fotografia, literatura e música, participe do concurso Talentos da Maturidade. Ainda dá tempo de se inscrever

Os aposentados brasileiros, nos últimos anos, têm mostrado cada vez maior poder de força no país, seja com o fortalecimento da renda da família ou o incremento a setores como turismo e cursos diversos. E é em função desse novo perfil de comportamento que o projeto nacional "Talentos da Maturidade", atualmente em sua 12ª edição, tem recebido tanto destaque.

O projeto, organizado pelo Banco Real, com apoio do Banco Santander, consiste num concurso para divulgar artistas com 60 anos ou mais, em quatro categorias: artes plásticas, fotografia, literatura e música vocal.

Contempla, ainda, uma categoria especial, para premiar projetos desenvolvidos por ou-

tras pessoas - independentemente da idade - que promovam qualidade de vida e integração dos idosos na sociedade.

As inscrições, iniciadas em junho, vão até o dia 30 de setembro e a expectativa é de que o número de inscritos seja semelhante ao de anos anteriores - da ordem de 12 mil pessoas de praticamente todos os estados brasileiros.

Para a pesquisadora Laura Machado, psicóloga com mestrado em gerontologia, a iniciativa é pioneira no sentido de valorizar os brasileiros dessa faixa etária. Segundo ela, desde 2003, com a aprovação do Estatuto do Idoso, têm sido observadas mudanças no perfil daqueles que formam a terceira idade. "Hoje, os idosos são mais valorizados, sentem-se respeitados", afirma. A psicóloga destaca que, em razão desse novo pensamento, eles

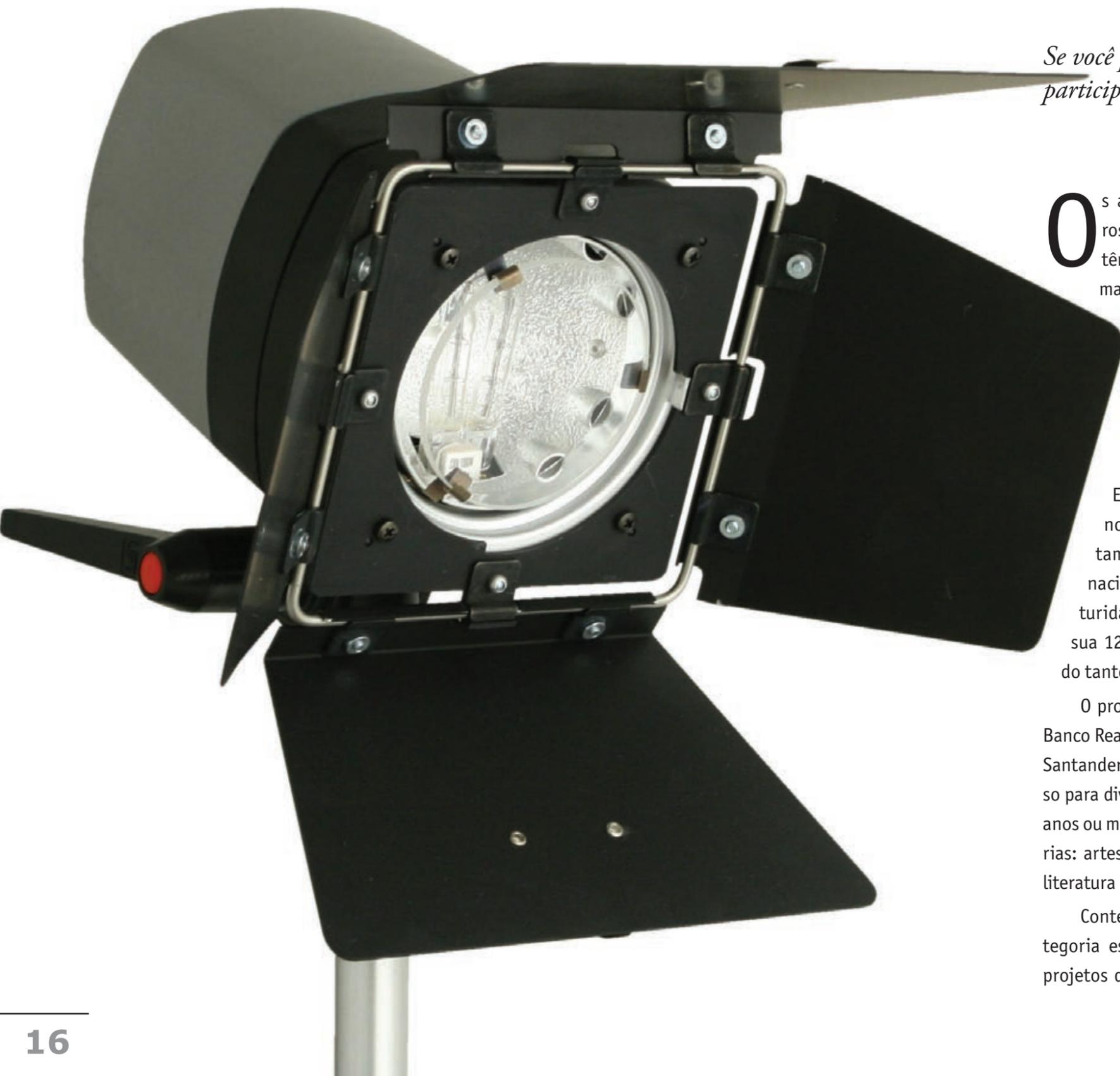
se sentem hoje mais participativos, atuantes e, principalmente, mais felizes.

Já um dos profissionais do Banco Santander envolvido no concurso, Fernando Byington Egidio Martins, explica que o incentivo à produção cultural representa, também, convite às pessoas mais maduras para repensar e reinventar sua postura nessa fase da vida.

Sensibilidade e brilho

Criado em 1999, para homenagear o então Ano Internacional do Idoso, o programa já foi responsável pela divulgação de vários talentos, o que é traduzido pelo depoimento de antigos participantes, como Maria Luíza Almeida Rosa, 65 anos, de São Paulo.

"Falar em arte é falar de vida, de emoções, é deixar falar o coração. Foi maravilhosa a sensibilidade dos idealizadores



do projeto, que ofereceu oportunidade para que mentes brilhem no campo da arte. Quando se fala em maturidade, o importante é ressaltar a vida, a emoção, a ternura, o amor”, enfatiza.

Opinião semelhante à dela tem Francisca Rodrigues da Silva, também 65 anos, do Ceará. “Com a idade que tenho, ainda sonho em ajudar outras pessoas, incentivando o trabalho. Minha história de vida daria um livro, mas nunca me deixei levar pelo desânimo, pois todas as quedas que levei foram obstáculos vencidos. Por essa razão, estou participando desse grande concurso incentivador para a vida”, afirma.

As inscrições podem ser feitas pelos Correios, internet ou nas agências dos bancos Real e Santander. Cada categoria possui regras específicas para o envio dos trabalhos. O julgamento dos trabalhos apresentados acontecerá no período entre outubro e novembro e a premiação, até dezembro. Os cinco melhores trabalhos de cada categoria, a serem escolhidos em grau de igualdade, receberão troféu mais prêmio de R\$ 7 mil, de acordo com os critérios de avaliação do projeto.



Período de inscrições

Até 30/09/2010

Categorias

Artes plásticas, fotografia, literatura e música vocal

Julgamento dos trabalhos

Entre outubro e novembro/2010

Premiação

Dezembro/2010

O que cada vencedor vai receber

Troféu mais prêmio no valor de R\$ 7 mil – para os cinco melhores trabalhos em cada categoria

Onde buscar mais informações

Pela internet no site www.talentosdamaturidade.com.br

Como podem ser feitas as inscrições

Pelo correio, via internet, ou nos bancos Real e Santander.

Fonte: organização do projeto

Ações Judiciais

Plano Bresser

A persistência nos levou à vitória

Depois de anos e anos de luta, finalmente alcançamos a vitória. A ação, impetrada pelo Sinal, contra o Banco Central, para impedir a cobrança dos valores recebidos em 1994, referentes ao Plano Bresser, livrou da cobrança todos os servidores que não aderiram ao acordo da MP 45/2002.

Infelizmente, a decisão não beneficia os servidores que negociaram seu direito em troca da liberação do FGTS, porque sua vontade individual prevaleceu sobre a ação coletiva.

Derrubar a cobrança do Plano Bresser representa uma das maiores conquistas do Sinal na defesa dos seus filiados e prova que o Sindicato sempre esteve na direção correta ao defender a legalidade dos valores recebidos.

Histórico

Em 1989, o Sinal entrou com uma ação trabalhista, na

2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília, cobrando a diferença de 26,06%, suprimida do salário da categoria em julho de 1997 (Plano Bresser) e o percentual de 26,05%, relativo à URP de fevereiro de 1989, do Plano Verão.

A ação foi vitoriosa em todas as instâncias da Justiça do Trabalho. Restava ao governo apenas calcular e pagar os servidores. Iniciada

a execução, o BC argumentou que só reconhecia como devidas as diferenças relativas ao Plano Bresser compreendidas no período de julho/87 a dezembro/89. Em relação às diferenças do Plano Verão, também só reconhecia o período compreendido entre fevereiro e dezembro/89, tendo, inclusive, editado a Portaria 251, em 19 de janeiro de 1994,

propondo o pagamento administrativo desses valores, desde que fosse assinado termo de quitação e expressa renúncia a eventuais diferenças.

O BC já havia feito a previsão orçamentária dos recursos necessários para efetuar

o pagamento, mas a Portaria 251 acabou sendo revogada por ordem do então Presidente da República, Itamar Franco.

O Banco tentou protelar o pagamento determinado pela Justiça, alegando a necessidade de requisição de precatório, mas não teve êxito, já que havia provisão para pagamento de uma parte da dívida, que ele próprio reconhecia, e que ficou conhecida como “a parcela incontroversa do Plano Bresser”.

Assim, em fevereiro de

Infelizmente, a decisão não beneficia os servidores que negociaram seu direito em troca da liberação do FGTS, porque sua decisão individual prevaleceu sobre a ação coletiva.

1994, mediante alvará judicial, as importâncias relativas aos períodos de julho/87 a dezembro/89 (Plano Bresser) e fevereiro/89 a dezembro/89 (Plano Verão), foram liberadas aos servidores do Bacen.

Ação Rescisória de iniciativa do Bacen

A sentença condenando o Banco ao pagamento das diferenças dos Planos Bresser e Verão transitou em julgado, ou seja, tornou-se imutável, possuindo força de lei entre as partes. No entanto, o Código de Processo Civil prevê algumas situações em que, no prazo de dois anos - a contar do trânsito em julgado - a sentença pode ser questionada e até mesmo desconstituída.

Note-se que não se trata de recurso, mas de uma outra ação. Em março de 94, o Banco ajuizou uma ação rescisória alegando que a sentença que deu ganho de causa aos servidores violou literal disposição de lei, uma vez que o BC apenas cumpriu o que as leis que instituíram o Plano Bresser e o Plano Verão determinaram.

A rescisória foi julgada improcedente pelo Tribunal

Regional do Trabalho e o BC recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho.

Acontece que, no segundo semestre de 1994, o Supremo Tribunal Federal (STF), julgando recursos extraordinários que lhe foram submetidos, envolvendo ações de outros trabalhadores, proferiu uma interpretação diversa do TST em relação a direito adquirido, classificando as diferenças dos Planos Bresser e Verão de mera expectativa de direito.

Com isso, o TST, após ter julgado milhares de processos em sentido contrário, teve que se curvar à jurisprudência do STF e cancelou as Súmulas 316 e 317, mas não ordenou a devolu-

ção dos valores recebidos.

Quando foi ajuizada a ação rescisória, o servidores já tinham recebido a chamada parcela incontroversa e continuavam em discussão em juízo as parcelas vincendas (janeiro de 1990 em diante). O Banco, em nenhum momento, citou na referida ação o pagamento já efetuado, o que significa que ele apenas buscava evitar o prosseguimento da lide, e foi o que a Justiça concedeu, pois o efeito prático da decisão do TST, dando provimento à rescisória, foi a extinção do processo em relação à parte controversa.

O caso do FGTS bloqueado

Com a decisão proferida

em setembro/96 na Ação Direta de Inconstitucionalidade 449-2, todos os servidores do Bacen - à exceção dos que se aposentaram até 31.12.90 - foram enquadrados no Regime Jurídico Único, com efeitos retroativos a 01.01.91.

A Lei 9.650/98 estabeleceu, no seu artigo 21, que, devido à condição de servidores estatutários alcançada com a passagem para o RJU (com direito a estabilidade e sem direito a FGTS, portanto), os servidores poderiam sacar o saldo do FGTS de competência até 31.12.90, ficando indisponíveis os depósitos efetuados a partir de 01.01.91. O SINAL ajuizou ações contra essa arbitrieda-

de, tendo obtido decisões favoráveis na primeira e segunda instâncias (RJ).

Paralelamente, o Sindicato sempre incluía a liberação do FGTS nas pautas de reivindicações junto à Diretoria do Banco, tendo encaminhado à Presidência do Bacen diversas cartas, fruto de minuciosos estudos elaborados pelo SINAL, demonstrando que a liberação administrativa do FGTS era possível.

Pressionado pela Advocacia Geral da União a cobrar o Plano Bresser, mas sem ter como fazê-lo, sem mais argumentos para continuar bloqueando o FGTS e na iminência de ter que liberá-lo por força de decisão judicial, o Banco decidiu elaborar um projeto de lei unindo as duas coisas: reconhecia o FGTS como direito do servidor, liberando as importâncias retidas, desde que o interessado assinasse um "termo de adesão" autorizando a cobrança do Plano Bresser.

O Projeto de Lei 6.037/2002 alterava o art.

21 da Lei 9.650/98, introduzindo as condições que iriam disciplinar o "termo de adesão". Com essa derrota o Banco achou por bem abandonar o projeto de lei e partir para uma medida provisória.

Um acordo foi proposto pela MP 45/2002 que, por sua vez, foi rejeitada. Como não interessava aos servidores do Bacen a manutenção de alguns atos praticados na vigência da MP 45, o SINAL providenciou a elaboração de um projeto de decreto legislativo que atendesse às reivindicações do funcionalismo e depois travou intensa batalha de convencimento junto aos parlamentares, conseguindo que o deputado Walter Pinheiro protocolasse, em



O SINAL elaborou um projeto de decreto legislativo e o deputado Walter Pinheiro o protocolou, em 2002. A votação não aconteceu.



12.12.2002, o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.659/02, que declarava nulos os termos de adesão firmados com o Banco, relativamente à devolução das parcelas do Plano Bresser, e convalidava as liberações do FGTS. A votação não aconteceu.

Com vários anos sem reajuste salarial, o que dificultou o equilíbrio financeiro dos servidores em 2002, a adesão ao acordo proposto pelo Banco, pelos que possuíam saldo a receber, foi praticamente maciça, mas restaram alguns que não aceitaram as condições e, portanto, permaneceram na situação anterior: com o FGTS 91/96 bloqueado e a “dívida” do Bresser.

Número ainda maior de não adesão ocorreu entre aqueles que possuíam saldo devedor (celetistas e os que já haviam sacado o FGTS 91/96 por aposentadoria ou qualquer outro motivo, pensionistas e herdeiros).

A partir de julho de 2003, o Banco começou a enviar cartas aos servidores que não aderiram ao acordo, cobrando o Plano Bresser e ameaçando promover o desconto na folha de pagamento ou inscrição na dívida ativa da União.

O SINAL fez uma Representação ao Ministério Público e um Mandado de Segurança Coletivo (processo nº 200434000053599), para impedir que o Banco cumprisse as ameaças.

O MP reconheceu a decadência do direito do Banco de cobrar o Bresser, mas considerou válidos os pagamentos feitos por meio do acordo.

No mandado de segurança, foi concedida liminar, determinando que o Bacen se abstinisse de efetuar a cobrança e, no mérito, o pedido foi julgado procedente. O Banco apelou e o processo está aguardando julgamento no TRF/DF. Em março de 2006 o advogado do SINAL protocolou pedido de preferência no julgamento, em vista da idade dos participantes.

Quanto aos saldos do FGTS 1991/1996, existem ainda dois processos:

1. 9600759197 – 30ª VF/RJ: esse processo obteve liminar e decisão favorável na 1ª e 2ª instância (1998). No entanto, depois de 7 anos, ao julgar, em 1.09.2005, Embargos Infringentes opostos pelo Bacen e pela CEF, o TRF/RJ reformou a decisão, negando direito aos

integrantes da ação ao FGTS 91/96, em virtude da sua condição de estatutários a partir de 1991. O advogado do SINAL entrou com Recurso Especial (ao STJ) e Recurso Extraordinário (ao STF), os quais foram admitidos mas tiveram o pedido negado. Agora, analisa a possibilidade de novo recurso.

2. 199734000201440 – 7ª VF/DF: liminar concedida e decisão favorável na 1ª instância e desfavorável na 2ª. O advogado do SINAL entrou com Recurso Especial julgado desfavoravelmente no STJ. Atualmente, aguarda decisão de Recurso Extraordinário no STF.

Vale notar que muitos servidores que aderiram ao acordo passaram a solicitar que o SINAL adotasse providências para rescindi-lo. Após os estudos necessários, o Conselho Nacional do SINAL decidiu pelo não ajuizamento de ação nesse sentido. Desse modo, os servidores que negociaram com o Banco o recebimento do FGTS bloqueado em troca dos créditos relativos à correção do FGTS pelos expurgos dos planos econômicos, caso tenham recebido indevidamente esses valores, estarão sujeitos a futuro acerto de contas.

Notas

FGTS

O Supremo Tribunal Federal, negou, em agosto, o seguimento ao Agravo Regimental, apresentado pelo SINAL, que buscava a apreciação do Recurso Extraordinário pelo STF, não admitido pelo Superior Tribunal de Justiça.

A ação do Sinal pleiteava a

Saldo bloqueado

liberação do saldo do FGTS, referente ao período de 1991/96, em favor dos servidores (processo nº 9600759197). Essa ação contempla, hoje, cerca de quarenta e cinco participantes, que optaram por não fazer o acordo objeto da MP 45/2002.

Esses servidores ficaram li-

vres da cobrança do Plano Bresser, por força do recente trânsito em julgado do mandado de segurança impetrado pelo SINAL, mas a liberação do saldo do FGTS 91/96 está cada vez mais difícil. A equipe jurídica do sindicato vai agora estudar a possibilidade de entrar com recursos.

PASBC

Qualquer beneficiário do PASBC pode necessitar de uma remoção em situações diversas. Mas, para que isso se dê, é preciso que um médico ateste a necessidade da remoção informando o quadro clínico do paciente, que o impossibilita de, por meios próprios, se dirigir a hospital ou local para exames ou para sua residência.

Dicas sobre a remoção

É importante deixar isso bem claro pois, muitas vezes, o paciente considera que tem a capacidade de determinar sua incapacidade de deslocamento.

Sem o atestado, o evento não será pago pelo PASBC ao prestador de serviço.

Existem diferentes tipos de ambulância para remoção: simples, com médico ou não; e UTI,

pediátrica ou para adultos.

É preciso ligar para uma empresa que faça remoção previamente. Muitas vezes, isso pode ser feito em curto período de tempo, mas há ocasiões que pode levar horas, principalmente num trânsito difícil como o de nossas cidades.

Julio Caldas

As melhores do mundo

O Brasil tem 4 cidades entre as melhores do mundo para se viver. Não fosse pela violência, nossas cidades estariam melhor classificadas

Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Manaus estão entre as melhores cidades do mundo para se viver. A pesquisa, intitulada “Qualidade de Vida no Mundo”, foi realizada pela Consultoria Internacional de Recursos Humanos Mercer e analisou 39 critérios de vida para cada cidade, tais como políticas integradas, programas sociais, situação econômica dos habitantes, desenvolvimento ambiental, segurança pessoal, saúde e transporte, entre outros. Em primeiro lugar na classificação, Viena, na Áustria, em seguida Zurique e Genebra, na Suíça, Vancouver, no Canadá e Auckland, na Nova Zelândia.

A listagem também in-

clui, entre as chamadas “cidades top”, Dusseldorf, Munique e Frankfurt, na Alemanha; Berna, na Suíça; e Sidney, na Austrália. “A pesquisa mostra cidades que oferecem uma qualidade de vida alta para os moradores, mas isso nem sempre é parâmetro para uma vida tranquila e feliz”, afirma o sociólogo Rômulo Cavalcanti, para quem a opção por morar num determinado local depende muito das referências e opções de vida que se faz.

Violência

A avaliação, feita pelos pesquisadores sobre os resultados apresentados, é que as cidades brasileiras ocupam posição bem inferior à de países da Europa em razão dos

altos índices de violência observados no país. Segundo a consultora Denise Perassoli, da Mercer, a grande quantidade de crimes nos estados representa um peso importante dentro dos critérios selecionados, o que acaba impactando nas notas atribuídas ao índice geral.

Exemplo disso foi São Paulo. De acordo com a consultora, apesar de apresentar boas notas em quesitos referentes a lazer, entretenimento e padrão das escolas, a capital paulista registrou baixíssimos índices de segurança, o que prejudicou a avaliação com municípios de porte semelhantes em outros países.

Em comparação com a América Latina, a posição do

Brasil também é baixa, como mostra a última edição da pesquisa. Brasília, apontada como melhor cidade brasileira, é a quarta citada dentre as latino-americanas. A primeira a ser mencionada no trabalho é Montevidéu, no Uruguai (que figura no ranking em 76º lugar), seguida por Buenos Aires, na Argentina (78º. Lugar) e Santiago, no Chile (83º. Lugar).

“O Brasil sempre foi considerado

um dos melhores países para se viver. Não temos problemas como terremotos e guerras, vivemos numa democracia e ocupamos posição estratégica perto da Europa. Sem falar que, no âmbito da economia, conseguimos sair ilesos da crise global observada de 2008/2009. Esses fatores não foram levados em conta pela pesqui-



Viena e Brasília

sa”, critica o geógrafo Geraldo Seixas, professor da Universidade de Brasília (UnB). “Uma cidade é considerada boa para se viver não apenas pela qualidade de vida que proporciona para seus moradores, mas também em razão do que representa para cada um, bem como sentimentos e companhias”, completa.

MELHORES CIDADES DO MUNDO PARA SE VIVER

- 1º - Viena (Áustria)
- 2º - Zurique (Suíça)
- 3º - Genebra (Suíça)
- 4º - Vancouver (Canadá)
- 5º - Auckland (Nova Zelândia)
- 6º - Dusseldorf (Alemanha)
- 7º - Munique (Alemanha)
- 8º - Frankfurt (Alemanha)
- 9º - Berna (Suíça)
- 10º - Sidney (Austrália)
- ...
- 105º - Brasília (DF)
- 117º - Rio de Janeiro (RJ)
- 118º - São Paulo (SP)
- 130º - Manaus (AM)

Fonte: Pesquisa da consultoria Mercer, 2009.

Pesquisa

Políticas públicas positivas para um país mais maduro

O Brasil já pode ser o sexto país no mundo com maior número de idosos. Mas será que o país está preparado para isso?

O Brasil precisa, urgentemente, de mais políticas públicas voltadas para os idosos. O Censo de 2010 já está aí e os resultados, logo, logo, baterão à nossa porta para mostrar uma população mais envelhecida, mais ativa e, ao mesmo tempo, que necessita de cuidados de maior duração. Pesquisa divulgada recentemente, durante seminário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no final de julho, mostrou os primeiros passos neste sentido.

O estudo foi elaborado por pesquisadores da entidade, tomando como base dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 1998, 2003 e 2008 e o primeiro levantamento nacional sobre as condições de funcionamento e infraestrutura de instituições

de longa permanência para idosos (ILPs). Teve, como principal constatação, a de que o Brasil precisa ter, daqui por diante, mais atenção à população da terceira idade e encarar tais cuidados como uma espécie de “risco social”, a exemplo do que já acontece com outros países.

Conforme explica uma das responsáveis pela pesquisa, a técnica de planejamento e pesquisa do Ipea Ana Amélia Camarano, os determinantes para que uma pessoa com mais de 60 anos entre na categoria “idoso frágil” são a falta de renda e de autonomia para suprir as necessidades



Ana Amélia Camarano define a categoria “idoso frágil”

do cotidiano – tais como tomar banho, ir ao banheiro e comer. Para atender essa categoria, é necessário um amplo planejamento de ações, que vão desde o treinamento de trabalhadores que atuem em serviços prestados aos idosos a novas regras na construção civil, por exemplo, para que os prédios e apartamentos tenham maior número



Brasil precisa ter mais atenção à população da terceira idade e encarar tais cuidados como uma espécie de “risco social”, diz IPEA

de rampas e demais facilidades de acesso. Isso, sem falar em políticas voltadas para a saúde pública dessa faixa etária.

Filantropia

Com certeza, esta não é a realidade dos servidores aposentados do Banco Central, mas os números brasileiros são bem negativos: dos 19 milhões de pessoas idosas existentes no Brasil, 3,2 milhões são consideradas frágeis. Apesar

disso, a pesquisa observou que 71% dos municípios brasileiros não possuem entidades chamadas ILPIs, sem falar que 2/3 destas entidades (asilos, clínicas de repouso e abrigos diversos), criadas na década passada, possuem caráter filantrópico. As instituições de âmbito privado – que são custeadas pelos próprios idosos ou seus familiares – representam 28,2% desse total e consistem num segmento que cresce a cada ano.

Já as instituições semelhantes, mas públicas, são somente 6,6% desse total (a maior parte, de responsabilidade de prefeituras). E, por parte do governo federal, uma surpresa: a única entidade que abriga idosos, mantida pela União, é o Abrigo Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, onde vivem hoje 298 idosos pobres.

A pesquisadora afirma que, apesar da legislação brasilei-

ra considerar a família como o principal responsável pelo idoso, aproximadamente 1% dos brasileiros na terceira idade vive, atualmente, em uma instituição específica. Segundo Ana Amélia Camarano, cerca de 600 destas entidades recebem valor per capita mensal de acordo com a necessidade dos idosos que abrigam.

Cobertura

Como se não bastasse, um dos principais programas assistenciais, o Saúde da Família, que visita residências para realizar promoção e prevenção da saúde, tem cobertura baixíssima junto aos idosos. Nas entidades, as visitas são de 67,4% do total. Nas famílias que possuem pessoas idosas tidas como frágeis, apenas 52,6% declararam já terem sido visitadas por profissionais encarregados pelo programa, alguma vez.

A pesquisa também aponta como fatores para esse índice de idosos frágeis, questões culturais e comportamentais, como a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, mudanças de arranjos familiares – o que provocou inúmeros casamentos e divórcios, declínio da fecundidade e redução do número de “cuidadores” familiares disponíveis. Além do

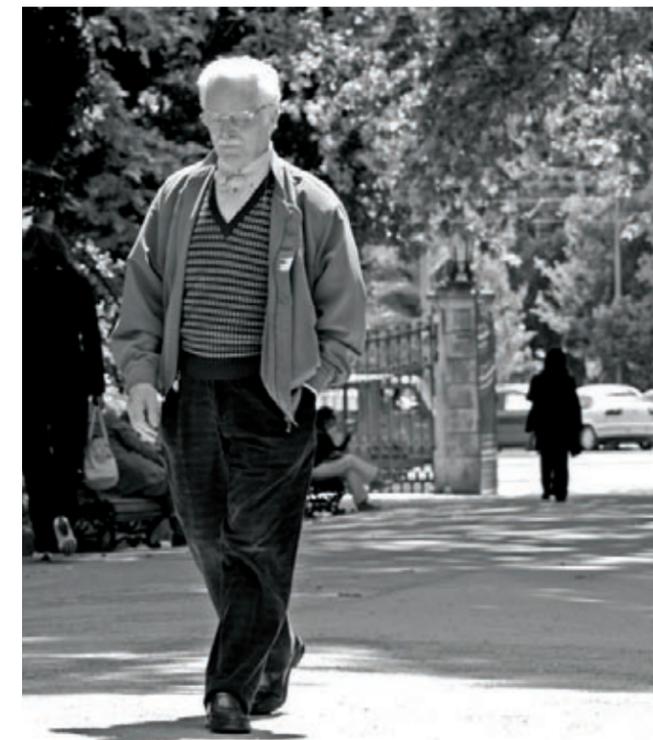
Ipea, também participaram, como parceiros do trabalho, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Ministério do Desenvolvimento Social e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Cidadania

“O envelhecimento da população em

todo o mundo é um problema social que precisa ser levado a sério, daqui por diante, principalmente nos países em desenvolvimento”, alerta Jorge Henrique Caldas, cientista social e pesquisador da Universidade de São Paulo (USP). De acordo com Caldas, o quadro requer a articulação urgente de políticas sociais voltadas para pessoas idosas que levem ao que chamou de “reconstituição do conceito de cidadania”.

Como isso pode ser feito? “A partir da percepção de novas formas de solidariedade entre



“O envelhecimento da população em todo o mundo é um problema social que precisa ser levado a sério, alerta Jorge Henrique Caldas

idosos, redefinição de modelos de conduta, de redes de solidariedade e de práticas sociais destinadas às pessoas com mais de 60 anos”, destaca Caldas, como forma a levar o idoso a se sentir mais útil, ter melhor qualidade de vida, e, em consequência, maior longevidade.

Dentro desta ótica, são levados em conta, também, novas regras de consumo voltadas para o setor. “Existem duas formas de compreensão da velhice no contexto brasileiro. A primeira, antiga, é a dos que entendem

esta fase como sinônimo de inutilidade e de decadência física. A outra, que está mais próxima da realidade brasileira, é a de uma fase de novas realizações, negando estereótipos ultrapassados. Apresenta opções diversas de lazer e de conhecimentos, como o estudo de outros idiomas e viagens ao exterior. Dentro

dessa perspectiva, a aposentadoria deixa de ser um momento de descanso e recolhimento para se tornar um período de atividades e de felicidade”, avalia o psicanalista Alexandre Figueirôa.

Figueirôa também considera que essa nova injeção de ânimo, proporcionada pela mídia e pela revisão de valores ociden-

tais sobre a vida dos idosos é de fundamental importância para fazê-los ter uma rotina mais ativa e a encarar o mundo de modo diferente. Para isso, no entanto, é preciso a conscientização constante – principalmente do Estado – de que são importantes ações e incentivos de preparação da sociedade.



IMPACTO DO ENVELHECIMENTO DOS BRASILEIROS

O aumento da expectativa de vida da população brasileira impacta, também, o envelhecimento da população mundial como um todo. Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) enfatizam que, até 2025, a expectativa de vida da população do planeta deve passar a ser de 73 anos (OMS, 2000).

As diferenças, quando colocadas na ponta do lápis, chamam a atenção: no início do século 20, o tempo de vida médio do brasileiro era 33 anos. Essa média subiu para 71,3 anos em 2003, contra 70,5 anos em 2000. E a expectativa é de que o Brasil venha a alcançar o pata-

mar de 80 anos de expectativa de vida por volta de 2040.

Outros dados curiosos: de 1980 a 2003, essa expectativa de vida no país cresceu 8,8 anos – 7,9 anos para homens e 9,5 anos para mulheres. Ao passo que o número de pessoas com idade superior a 65 anos já ultrapassa os 10 milhões.

Estima-se que até 2020 essa proporção triplique, colocando o Brasil como o sexto país no mundo com maior número de idosos. São ou não são motivos para se começar a pensar, urgentemente, em medidas transformadoras para essa nova densidade populacional?

Aposentado



O SINAL trabalha na defesa dos seus direitos

Participe com críticas e sugestões.

Entre em contato conosco, através do nossa página na internet:
www.sinal.org.br

Falta pouco para o Brasil ter nova Lei Antifumo

Apesar das campanhas contra o consumo de produtos fumíferos, o número de fumantes ainda cresce no Brasil. Tramitando no Senado Federal, nova lei promete dificultar a vida de fumantes

O projeto da nova lei antifumo está pronto para ser votado pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado. De autoria do senador Tião Viana (PT-AC), o PLS 315/08 proíbe fumar em qualquer área fechada e acaba com as áreas denominadas fumódromos, conforme determina a Organização Mundial de Saúde. O projeto já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa, onde recebeu uma emenda que mantém a proibição para locais públicos e privados fechados e de uso coletivo, mas abre a possibilidade para o consumo de produtos derivados do tabaco em locais fechados privados, como por exemplo, residências.

“O cigarro sempre apareceu como a principal causa de

morte por câncer no país. Segundo pesquisa da Sociedade Americana de Engenheiros de Aquecimento, Refrigeração e Ar Condicionado não existe sistema de ventilação capaz de remover a fumaça em ambientes fechados. Portanto criar áreas para fumantes e não fumantes, no mesmo local, não resolve o problema”, justificou Tião Viana. Para, a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT) a aprovação do projeto de Tião é “um dos mais importantes passos para a prevenção e controle de doenças respiratórias no país”.

Segundo pesquisas, realizadas pela SBPT, todos os dias sete pessoas não fumantes morrem no país em decorrência do tabagismo passivo. Isso acontece porque a fumaça de qualquer

produto de tabaco – charuto, cigarrilha, cigarros etc - envolve uma mistura de gases que contém pelo menos 250 compostos químicos tóxicos. Cerca de 50 deles são cancerígenos. Mesmo não fumando, as pessoas têm contato direto com esses compostos.

Saúde pública

O Brasil é o segundo maior exportador da folha de tabaco in natura do mundo e ocupa o 5º lugar entre os maiores consumidores de cigarros mundiais. O consumo de produtos fumíferos tem se tornado um problema de saúde pública em todo o mundo. No Brasil, o ministério da Saúde tem oferecido tratamentos para as pessoas viciadas em tabaco. Só em 2008, foram investidos R\$ 18 milhões na compra de quatro produtos para o tratamento dessas pessoas, como adesivo transdérmico de nicotina, goma de mascar de nicotina, cloridrato de bupropiona e pastilha de nicotina. Desse total, foram 8,12 milhões de unidades de comprimidos,

adesivos e gomas.

Em 2010, só na aquisição de produtos para o tratamento da dependência do cigarro

Segundo pesquisa, não existe sistema de ventilação capaz de remover a fumaça em ambientes fechados. Portanto criar áreas para fumantes e não fumantes, no mesmo local, não resolve o problema

o governo já investiu R\$ 37 milhões. Foram compradas 17,3 milhões de unidades dos produtos para serem distribuídos gratuitamente nos postos de

atendimento. Os gastos do governo com o tratamento dos viciados em fumo é diretamente proporcional ao tamanho do problema no Brasil.

Segundo pesquisa divulgada pelo Instituto Nacional de Câncer – INCA, todos os dias, pelo menos sete brasileiros morrem por doenças provocadas pela exposição passiva à fumaça do tabaco, sendo que a maioria é de mulheres (60,3%). De acordo com a instituição, fumantes passivos são aquelas pessoas que nunca fumaram e que moravam com pelo menos um fumante na mesma casa.

Retrato dos males

Pesquisa promovida pelo American Center Society e

World Lung Foundation revela que, hoje, no mundo todo, cerca de um 1,3 bilhão de pessoas fumam. Os homens são a grande maioria, com cerca de um bilhão de usuários. A consequência mais visível desse alto número são os 5 milhões de mortes de homens adultos por ano. “Se não houver um freio no consumo da droga, as perspectivas é que em 2050, o número de mortes acumuladas de fumantes chegue a 520 milhões pessoas”, revela o Atlas do Tabaco, que reúne os resultados da pesquisa.

O trabalho mostrou também que o perfil dos viciados em fumo mudou nos últimos anos. Hoje, o vício persiste entre a população pobre e de baixa escolaridade. Os países que mais consomem tabaco são Estados Unidos, China, Índia, Rússia e Brasil.

Financeiramente, a China é considerada o melhor mercado para a indústria do tabaco. De todos os cigarros produzidos no mundo, os chineses consomem mais de 37%. Para se ter uma ideia, 60% dos homens na China têm o costume de fumar diariamente.

Uma das causas para o fato



de o cigarro continuar sendo tão popular entre as pessoas, mesmo com todos os alertas que as autoridades de saúde fazem, é o apelo publicitário. De acordo com o Atlas do Tabaco, a publicidade ainda relaciona, em suas mensagens, o ato de fumar com sucesso, virilidade, independência financeira, potência sexual etc. A pressão financeira da indústria do tabaco, avaliada no mercado internacional em 378 bilhões de dólares, também contribui.



Saúde

De acordo com a pesquisa publicada no Atlas do Tabaco, metade da população viciada em cigarro morre. Isso acontece porque o risco de desenvolver algum tipo de câncer no homem fumante é 23 vezes maior que num homem não fumante. Entre as mulheres o índice é um pouco menor. Elas são 13 vezes mais vulneráveis a desenvolver tumores cancerígenos que as não fumantes.

O hábito de fumar entre crianças e adolescentes também é preocupante. Em países como Indonésia, China e Índia isso chega a ser comum. Em Papua Nova Guiné, por exemplo, 52,1% das crianças entre 13 e

A perspectiva é que em 2050, o número de mortes acumuladas de fumantes chegue a 520 milhões pessoas, revela o Atlas do Tabaco

15 anos de idade são fumantes. De acordo com a pesquisa, ¼ dos jovens fumantes desses países adquiriram o hábito antes dos 10 anos de idade. Entre as principais causas da precocidade no uso do tabaco por crianças estão a publicidade, o acesso fácil aos produtos, os preços baixos, pais viciados em fumo e a ilusão de que o cigarro torna a pessoa mais popular.

A maior preocupação das autoridades em saúde do mundo inteiro está voltada para os países em desenvolvimento. Em 2030, cerca de 83% das mortes provocadas pelo fumo serão

nesses países. Entre os mortos, muitos estarão na categoria dos fumantes passivos – aqueles que convivem diariamente com um fumante e acaba inalando a fumaça e as substâncias químicas ao compartilhar o ambiente. Em 2010, as expectativas são de que seis milhões de fumantes passivos morram em consequência do cigarro. Desses seis milhões, 72% serão em países em desenvolvimento.

Leia a íntegra da pesquisa publicada no Atlas do Tabaco:

<http://www.tobaccoatlas.org/downloads/TA3-sp.pdf>

A atualize sua agenda

Anote os telefones das regionais do Sinal

TELEFONES SINAL:

Nacional: (61) 3322-8208

Diretoria Executiva: (61)3322-8208

REGIONAIS:

Belém: (91) 3241-8290

Belo Horizonte: (31) 2512-1668

Brasília: (61) 3224-3417

Curitiba: (41) 3353-6552

Fortaleza: (85) 3254-1927

Porto Alegre: (51) 3224-9030

Recife: (81) 3221-1487

Rio de Janeiro: (21) 3184-3500

Salvador: (71) 3237-4365

São Paulo: (11) 3159-0252

SINAL

**Sindicato Nacional dos
Funcionários do Banco Central**